Rascunho de ata da 131ª reunião COPISS Coordenador

Iniciada às 14h30min do dia 26 de fevereiro de 2026, presencialmente, no auditório da ANCINE (Agência Nacional do Cinema), no Centro do Rio de Janeiro/RJ, a 131ª reunião ordinária do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar (COPISS). A reunião contou com a presença de representantes das instituições oficiais e convidadas do COPISS. Participaram da reunião os representantes: Ana Maria de Oliveira Santos Cardoso (ABRAMGE); Carlos Eduardo Ferreira de Moura (CBR); Carolina Maria Dias da Silva (CFFa); Cláudio Luiz Laudeauzer da Silva (ABRAMED); Fábio Câmara (UNIMED DO BRASIL); Fábio Lima Sodré (SBPC/ML); Fernanda Ceneviva de Athayde Monseur (SINOG); Fernando Mauro Muniz Ferreira (COFFITO); Francimar Ferrari Ramos (COFFITO); Gilberto Bosco Neto (SINOG); Gilberto Cunha Galletta (ANAHP); Graccho Bogea de Mello e Alvim Neto (FBH); Guilherme Portes S. Sobrado Silva (CBO); Jansen Nogueira Pereira (FENASAÚDE); João Carlos Magalhães (COFFITO); João Paulo de Souza Castro (UNIDAS); Jorge Luiz Joaquim Terrão (SBAC); José Elerton Secioso de Aboim (CFM); Juliana Marina da Silva Guimarães (FENASAÚDE); Leonardo Gigliotti Barberes (FBH); Luana Ana da Silva Zaneratto (UNIODONTO DO BRASIL); Marcelo Vilela Lauar (CBR); Miyuki Goto (AMB); Risoneide Rodrigues Calazans (CFN); e Sandro Reis Diniz (FENASAÚDE). Como representante pontual esteve presente: Sérgio Felipe de Carvalho (FENAFISIO). Na condição de convidados das entidades estiveram presentes: Abinoam Praxedes Marques Júnior (SBA/AMB); e Débora C. L. dos Santos Lima (CFFa). Participaram da reunião os colaboradores técnicos da Gerência de Padronização, Interoperabilidade e Análise de Informação e Desenvolvimento Setorial (ANS/DIDES/GPIND) e demais colaboradores e representantes da ANS: Arissa Pickler Oliveira (ANS/DIDES/GEIQP); Carla Valéria Martins Rodrigues (ANS/DIDES/GPIND); Carlos Gustavo Lopes da Silva (ANS/DIRAD-DIDES); Celina Maria Ferro de Oliveira (ANS/PRESI/SECEX/APDI); Danielle Conte Alves Riani Costa (ANS/DIDES/GPIND); Fernando Luiz Peixoto Guimarães (ANS/DIDES/GPIND); Flávia Harumi Ramos Tanaka (ANS/DIPRO/GGRAS); Gilberto da Silva Pessoa (ANS/DIDES/GEIQP); Jacqueline Alves Torres (ANS/DIDES/GEEIQ); José Cândido Monteiro Barbosa (ANS/DIDES/GPIND); Juliana Pires Machado (ANS/DIDES/GPIND); Leonardo Motta Soares (ANS/PRESI/SECEX/ASSEI); Pedro Henrique de Moraes Papastawridis (ANS/DIDES/GPIND); Priscilla Brasileiro Constantino (ANS/DIPRO/GGRAS); Raquel Medeiros Lisboa (ANS/DIDES/GEIQP); Rosana Vieira das Neves (ANS/DIDES/AIEDS); Telma Therezinha Moraes Alves (ANS/DIDES/GPIND); e Vanessa Maria Gomes de Carvalho (ANS/DIDES/AGEST). Sr. Leonardo Soares, cerimonialista da equipe de

Eventos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), iniciou a reunião dando as boas-vindas aos participantes presentes, informando que o evento é gravado para fins de registro e elaboração de ata, com o de acordo de todos os presentes, em consonância com a Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/18), e demais orientações para o melhor andamento do evento. Convidou para compor a mesa o Diretor-Adjunto de Desenvolvimento Setorial (DIRAD-DIDES/DIDES/ANS), Sr. Carlos Gustavo Lopes da Silva, a Gerente de Padronização, Interoperabilidade e Análise de Informações e Desenvolvimento Setorial (GPIND/DIRAD-DIDES/DIDES/ANS), Srª. Juliana Pires Machado, a Coordenadora de Interoperabilidade e Monitoramento, Srª Danielle Conte Alves Riani Costa, e o Coordenador de Estrutura de dados e Terminologias, Sr. Fernando Luiz Peixoto Guimarães. Na abertura do encontro, o novo diretor-adjunto, Sr. Carlos Gustavo, apresentou-se saudando os participantes, colocando-se à disposição para comunicação e diálogo junto aos membros, agradecendo ao Diretor-Presidente da ANS e Diretor da DIDES, Sr. Wadih Nemer Damous Filho, que não pôde estar presente por conflito de agenda, e a todos membros do Comitê, convidados e servidores integrantes da Gerência de Padronização, Interoperabilidade e Análise de Informações e Desenvolvimento Setorial (GPIND), a gerente da Gerência de Comunicação Social da ANS (GCOMS), Srª Isabella Eckstein, a assessora da Assessoria de Análise e Informações Estratégicas ao Desenvolvimento, Monitoramento e Qualificação Setorial (AIEDS), Srª Rosana Neves, a assessora-chefe da Assessoria de Proteção de Dados e Informações (APDI), Srª Celina Ferro, a gerente substituta da Gerência de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade dos Prestadores de Serviços (GEIQP), Srª Raquel Lisboa, a assessora da Assessoria de Informação Assistencial (ASSIA), Srª Flávia Tanaka, à toda equipe da Assessoria e Eventos Institucionais (ASSEI), e à ANCINE, pela cessão do espaço para realização da reunião. Complementou sobre a importância do COPISS para o desenvolvimento da saúde suplementar, contribuindo diretamente para padronização, transparência e segurança das informações para o setor. Sendo assim, o encontro traz os temas prioritários para o ano de 2026, incentivando discussões e encaminhamentos que contribuam para o aperfeiçoamento do padrão. A atual gerente da GPIND, Srª Juliana Machado, continuou apresentando-se como servidora especialista em regulação de saúde suplementar há 20 anos, período em que trabalhou na comissão de estudos de informática em saúde, estudando informação e padrões de dados, e atuando mais diretamente na tecnologia do ressarcimento ao SUS e integração da informação com o Ministério da Saúde (MS), assim como na evolução de sistemas informatizados na Agência. Apresentou as entidades que confirmaram presença na reunião, as novas representações oficiais, os convidados do dia e seguiu com os seguintes pontos de pauta: **1)**

Aprovação da ata da 130ª reunião do COPISS Coordenador (10/12/2025): Não houve manifestação contrária à minuta de ata, portanto o documento foi considerado aprovado. **2) Temas prioritários para discussão em 2026:** Sr. Fernando apresentou os tópicos 2.1) Grupos Técnicos: TUSS 22, em momento de análise das contribuições recebidas pela ANS; 2.2) Revisão da informação sobre modelos de remuneração no TISS, em fase inicial de realização de um Grupo de Trabalho (GT), possivelmente em abril, para abordar o tema juntamente com a área técnica responsável na Agência; 2.3) Revisão dos anexos de radioterapia e quimioterapia: Material enviado em 29/11/2024 (CE3424); 2.4) Outras demandas: Biometria facial; Plantão de Dúvidas Padrão TISS - próximo tema 'Usos da TUSS'; Monitoramento da qualidade dos dados; CID 11: NOTA TÉCNICA Nº 91/2024-CGIAE/DAENT/SVSA/MS - 11ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças será implementada no Brasil até 2027 — Ministério da Saúde (www.gov.br); 2.5) Destacadas as propostas recebidas pelas entidades de representação na última reunião do COPISS, em 10/12/2025, e comentários a respeito: A) ABRAMGE - Incluir a tabela 'Guias pendentes de correção' e 'Guias em aberto' também no OCL, visto que diversas operadoras reportam dificuldade em fazer o download devido ao tamanho grande. Sobre esse item, Sr. Fernando destacou que a Agência está analisando o tema dentro do escopo de TI, sem precisar do OCL. Elaboração de uma página temática no Power BI com informações do TISS, como exemplo a evolução do uso das versões ou apresentação de indicadores que sejam relevantes, como o de completude. Sr. Fernando informou que há um projeto aberto a respeito em estudo, com dados que possam ser consultados e oportunamente será disponibilizado para todos. B) SBIS - Aperfeiçoamento do OCL e incorporação da governança da TUSS. Sr. Fernando destacou que está em fase inicial o uso do OCL como repositório da TUSS para aproveitar as potencialidades da ferramenta, que também é adotada na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Evolução tecnológica do padrão com a mensagem de biometria facial. Sr. Fernando informou que está em andamento, com a primeira versão apresentada em janeiro de 2026, já no ecossistema *Fast Healthcare Interoperability Resources* (FHIR) e a Agência espera receber propostas de mensagens mais concretas a fim de iniciar GTs que irão discutir o tema, lembrando que estamos em fase de implantação da versão 04.03 do padrão, com prazo até 30/06. Meu SUS digital e o impacto para operadoras e prestadores e a melhor estratégia para fazer um bom uso dessa nova ferramenta relacionada à carga TISS na RNDS. Solicitar ao Ministério da Saúde exatamente como é a interface, quais dados são mostrados, qual é a granularidade dessa informação. Sr. Fernando complementou com a mensagem que o representante da SBIS, Sr. Luis Kiatake, enviou por e-mail com proposições, via Tomada Pública, para agenda regulatória 2026-

2028, destacando: Evolução da tecnologia TISS para HL7-FHIR aderente à RNDS e possibilidade de integração ao Programa Agora Tem Especialistas (PATE) e facilitar acesso dos usuários ao aplicativo 'Meu SUS Digital'; Avanço do suporte do TISS e TUSS aos novos Modelos de Remuneração Baseado em Valor; Importância da especificação e regulação de questões de segurança e privacidade no compartilhamento de dados do TISS, possibilitando que Estipulantes e novos atores, como Prestadores de gestão de saúde e indústria farmacêutica possam contribuir de forma adequada e ética nos novos modelos de remuneração, reduzindo custos e aumentando beneficiários, em especial corporativos. C) SINOG - Trabalhar na evolução do uso das versões mais atuais do TISS por parte dos prestadores e operadoras, focando nos itens que serão necessários para a adoção do padrão FHIR/HL 7, em forma gradual. Logo após, Sr. Fernando apresentou o calendário com as datas de reuniões previstas para o ano de 2026 e complementou que, por enquanto a ideia é seguir com os GTs sobre Modelos de Remuneração e TUSS 22 em paralelo. Representante da SBPC/ML, Sr. Fábio Sodré, lembrou da publicação da Portaria nº1/2023-DIDES, que constituiu GT para ampliar a discussão técnica sobre temas relacionados ao Desenvolvimento Setorial, com ênfase na relação entre operadoras e prestadores no âmbito do COPISS, com vigência indeterminada e reavaliação prevista para final do período da Agenda Regulatória 2023-2025. O representante destacou que esse tema deve ser tratado como prioritário e questionou como ocorreu a evolução e quais resultados alcançados. Sr. Carlos Gustavo respondeu que, em relação ao GT REDIDES, como era chamado esse grupo, houve mudança na gestão, coincidindo com final da agenda regulatória pretérita, e a nova gestão pode incluir esses pontos na agenda dos próximos três anos. **3) Monitoramento do envio de dados:** Sr. Fernando apresentou dados atualizados do monitoramento do envio de dados na versão 04. Em relação ao ano de 2025, ANS conseguiu atingir, em dezembro/2025, 94,4% de guias trocadas na versão 04, em comparação à reunião do COPISS em fevereiro/2025, na qual 75,7% de guias eram trocadas na versão 04 e demonstrando quão proveitoso foi o resultado e a evolução ao longo do ano. No gráfico por modalidade, em geral o percentual de troca na versão mais atual é bastante elevado, exceto para as cooperativas odontológicas, com 60,4% de troca na versão 04. Por quantidade de operadoras, lembrando que a mesma operadora pode transacionar em mais de uma versão, havendo sobreposição na troca, o destaque foi para 233 operadoras de cooperativa médica trocando na versão 04. Em relação a quantidade de prestadores Pessoa Jurídica (PJ) por atendimento e versão em dezembro/2025, 66,4% dos ambulatoriais, 43,9% dos hospitalares, e 91,1% dos odontológicos trocam na versão 04. O destaque foi o questionamento sobre 44,5% de prestadores ambulatoriais ainda trocarem na antiga versão 02. Em relação a

quantidade de prestadores Pessoa Física (PF), 92,6% das guias de consulta, 98,5% das guias de honorários, 79,2% das guias de SP/SADT, e 88,4% das guias de odontologia são trocadas na versão 04. Destacando as 21,1% de guias SP/SADT trocadas na versão 02, Sr. Carlos Moura (CBR) solicitou se há possibilidade de segregar as guias de laboratório e as de radiologia e exames por imagem e Sr. Fernando respondeu que ANS pode estudar a proposta. Sr. Fábio Câmara (UNIMED DO BRASIL) desconfia que esse dado esteja fixo na ferramenta. Sobre as formas de envio da quantidade de guias em dezembro/2025, o coordenador apresentou que 60,12% são enviados por *upload* de arquivo, 10,1% via portal, 4,3% por *webservice* e 2,4% ainda em papel, lembrando que a operadora deve oferecer todos as possibilidades de troca de informação. Em relação à quantidade de guias, Sr. Sandro (FENASAÚDE) sugeriu incluir essa visão para o ambulatório e outros tipos de guias porque pode estar concentrado por portal, filtrando reembolso. Sr. Gilberto Bosco (SINOG) lembrou que em dezembro/2024 comentou-se sobre a ANS elaborar comunicação próxima aos prestadores a fim de sensibilizá-los ao envio na versão mais atual do padrão e demonstrou preocupação devido dificuldade em iniciar conversa sobre a versão nova no HL7 se não estiverem todos alinhados na versão 04. Questionou se a ANS irá fazer essa comunicação mais direta com os prestadores e Srª Juliana respondeu que a ideia é ter transparência nos indicadores medidos e que a ANS irá dar publicidade nos contatos com representantes e operadoras. A coordenadora da área de monitoramento, Srª Danielle Conte, complementou que a Agência tem trabalhado no monitoramento da qualidade dos dados e na completude TISS X DIOPS, tendo sido realizado inclusive o plantão de dúvidas no ano passado, com mais de 1.000 inscritos, e publicado no site o link 'Monitora TISS' contendo perguntas e respostas, a fim de trabalhar de forma indutora na qualidade do preenchimento. Esse ano o objetivo é estruturar o monitoramento de diversos indicadores relacionados à qualidade de preenchimento, detalhando esses dados e a forma de ação, a princípio de forma indutora, e com a realização de mais plantões de dúvidas. A respeito do monitoramento da qualidade, Srª Flávia (ASSIA/DIPRO/ANS) complementou que amanhã será o último dia de recepção de dados do Sistema de Informações de Produtos (SIP), que é usado oficialmente não só pela ANS, mas também por instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Saúde (MS), constituindo a base para a produção do mapa assistencial. Esse ano de 2026 utilizaremos ainda a base de 2025 e a partir de 2027 serão extraídos os dados do ano de 2026 já a partir do TISS. O Monitoramento da qualidade será cada vez mais trabalhado em conjunto dentro da ANS a fim de melhorar a integração dos dados com o SUS para o "Programa Agora Tem Especialista", para a RNDS e para todos os processos envolvidos, o que terá impacto para o mapa

assistencial já do ano que vem. Sr. Jorge Torrão (SBAC) destacou que os prestadores enviam os dados no padrão TISS, mas não recebem das operadoras as mensagens de acordo com o padrão, e sim geralmente em arquivo pdf. Inclusive estão reunindo-se, via sindicato, a fim de reduzir a possibilidade de represália. Sr. Abinoam (SBA/AMB) acrescentou que os dados não refletem a realidade dos prestadores, pois as operadoras recebem em outras versões e enviam à ANS na versão 04. Considerando que há muita dificuldade com *webservice* e que o contratado nunca vai denunciar seu contratante, questionou como serão essas ações indutoras. Mesmo a denúncia sendo via sociedade, é necessário materialidade e então apontar os responsáveis, havendo rompimento do contrato. Corroborou que tem operadora exigindo envio eletrônico em xml e devolvendo em arquivo pdf, sugerindo uma atuação *ex officio* da ANS para solucionar a questão. Sr. Cláudio (ABRAMED) acredita que os percentuais elevados de troca na versão mais atual (versão 04) refletem o faturamento e que, tratando-se de elegibilidade e autorização, o patamar estaria longe da faixa de 90%, sendo necessário que a Agência cogite um indicador para acompanhamento. Ilustrou sobre uma pesquisa, ao final de 2024, com percentual em torno de 50%. Sr. Sandro (FENASAÚDE) salientou ser importante tratar extremos, mas não generalizar, pois o Brasil é heterogêneo. Muitas vezes a informação já vem sem qualidade do prestador para a operadora e, historicamente, a evolução do padrão TISS atendeu o uso das guias para fins de faturamento e não de informação assistencial, entendendo a crítica como um tanto exacerbada nesse momento. Sr. Fernando respondeu que, de fato, no padrão, o envio de dados das operadoras para a ANS não inclui as mensagens de elegibilidade e autorização e não há como fazer essa medida diretamente. A gerente da GPIND lembrou da área da DIDES que atua na relação com os prestadores, GEIQP, sendo esse um tema que pode ser estudado como prioritário para integrar a agenda regulatória, visto que o TISS não recebe essa etapa da troca de mensagens, acrescentando que as questões podem ser enviadas por e-mail e demais canais de comunicação da Agência. O diretor-adjunto corroborou que até o fim de março será delimitado o escopo da agenda regulatória, que será exaustivamente executada na gestão do presidente, Sr. Wadih Damous. **4) Informes**: **4.1) ANS:** TUSS 38. Em razão da revisão da TUSS 38, foi publicado em 25/02/2026 no site ANS a planilha “DE-PARA" da Tabela TUSS 38, em Arquivos Auxiliares, https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/prestadores/padrao-para-troca-de-informacao-de-saude-suplementar-2013-tiss/padrao-tiss-janeiro-2026 e em breve será feito o envio da metodologia de aprimoramento da TUSS 38 aos membros do COPISS; Envio de material referente à análise da TUSS 22 – Procedimentos e Eventos em Saúde. A especialista Carla complementou que foram enviados os itens anteriores ao ano de 2020, sendo que todos os

destinatários retornaram à Agência e foi finalizada a análise de 505 itens, dos que foram recebidos. A ANS irá enviar e-mail com a tabela de análise preliminar e justificativa para contribuição das entidades sobre acatar ou não. Alguns itens já irão para GT e há outros específicos que necessitam ainda de análise da DIPRO e outras instâncias. Simultaneamente, haverá discussão de processos de trabalho que envolvem aprimoramento especialmente da TUSS 22, em conjunto com outras diretorias da ANS e AMB, a fim de facilitar esse trabalho de aprimoramento, a partir desse trabalho inicial de redução do passivo; Envio de dados para a RNDS. Srª Juliana informou que a ANS está enviando os dados mais recentes, sendo que os dos anos de 2024 e 2025 já estão disponíveis e, no caso de o cidadão verificar irregularidade, ele irá receber mensagem para que procure sua operadora solicitando a correção desses dados. A ANS ainda está com a carga inicial dos dados no MS, na sequência irá carregar novas atualizações e ainda não há normativo definindo prazos, por exemplo. A princípio, será no envio de dados para a ANS; Negativa de cobertura e reembolso relacionado à ausência de código TUSS. Srª Danielle informou sobre o processo que ANS recebeu do Ministério Público de Goiás (processo SEI 33910.031799/2025-39), recomendando à Agência adotar medidas para coibir negativas de cobertura ou de reembolso pelas operadoras, sob a alegação de ausência de códigos TUSS e referido que, em alguns casos apurados, houve exigência de que o beneficiário informasse tal código, seja pelo prestador, seja pela operadora, o que também não é cabível. A coordenadora ressaltou que a regra já existe e que será detalhado em um trecho no componente Organizacional da versão de março/2026 do padrão TISS, a fim de tornar a informação mais clara; Painel de monitoramento da qualidade hospitalar (ano-base 2024). Srª Raquel Lisboa (GEIQP/ANS) apresentou informe sobre a elaboração do projeto de monitoramento da qualidade de prestadores hospitalares, iniciado em 2010/11, e que foi aperfeiçoado para trazer transparência dos resultados assistenciais de prestadores de serviço, constituindo a primeira vez que um ente da administração pública demonstra dados individualizados por hospitais. Os hospitais fazem adesão gratuita e voluntária e, a partir de um sistema, imputam seus dados de um painel de indicadores, instituído e atualizado de 2018 até hoje por meio de um consórcio nacional de indicadores hospitalares por meio de PROADI-SUS capitaneado pelo Hospital Moinhos de Vento e outros, além da Academia e demais atores da qualidade hospitalar. Trata-se de um painel de 14 indicadores, pertencentes a 3 dimensões da qualidade, no qual os hospitais precisam ser acreditados para aderir. Em relação aos dados de 2024, foram 250 hospitais inscritos, dos quais 140 encaminharam pelo menos um indicador do painel ao longo dos últimos 12 meses. Os que enviaram 14 indicadores ao longo dos 12 meses ganham destaque,

o que facilita a comparação entre eles para os usuários. O edital 2026 encontra-se aberto e a área responsável na Agência está à disposição para receber dúvidas e sugestões através dos canais de comunicação. Sendo esse o primeiro ano de divulgação, espera-se que o usuário possa buscar os prestadores a partir dessa análise da qualidade dos hospitais. Srª Celina Oliveira (APDI/PRESI/ANS), encarregada de proteção de dados pessoais da ANS, informou sobre a '3ª Jornada de proteção de dados pessoais do SUS', realizada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2026, onde houve o lançamento da 'Rede de Encarregados de Dados Pessoais do SUS', por enquanto ainda não formal, mas com o intuito de formalizar e integrar entes públicos, operadoras e prestadores na proteção de dados sensíveis. Acrescentou que a ANS firmou acordo de cooperação com a ANPD, no qual um dos objetivos é construir um guia orientativo para o setor de saúde suplementar. **4.2) Setor:** Sr. Luis Kiatake (SBIS) não pôde comparecer à reunião, porém enviou por e-mail o informe sobre o 'XXI (21º) Congresso Brasileiro de Informática em Saúde – CBIS 2026', que acontecerá de 23 a 25 de setembro, em Brasília-DF, contando com a colaboração de membros da ANS, assim como de todos os representantes do COPISS e atores da saúde suplementar. O diretor-adjunto, Sr. Carlos Gustavo, encerrou o encontro agradecendo a presença de todos. A reunião foi concluída às 16h20min, horário de Brasília.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026.